

1. Navegar pela incerteza

O crescimento na África Subariana deverá manter-se nos 3,2% em 2019 e acelerar para 3,6% em 2020. Prevê-se que, em cerca de dois terços dos países na região, o crescimento seja mais lento do que previam as projeções anteriores. Esta revisão em baixa reflete um ambiente externo mais complexo, as persistentes perturbações na produção nos países exportadores de petróleo e um crescimento mais fraco do que o previsto na África do Sul.

As perspetivas de crescimento para 2019 e anos seguintes variam consideravelmente entre os países na região. O crescimento deverá manter-se forte nos países não ricos em recursos, situando-se, em média, nos 6%. Como resultado, em 24 países – que representam uma população total de 500 milhões de pessoas – o rendimento *per capita* irá subir mais rapidamente do que no resto do mundo. Em sentido inverso, prevê-se que o crescimento seja mais lento nos países ricos em recursos (2,5%). Assim, 21 países deverão registar um crescimento *per capita* inferior à média mundial.

A inflação deverá aliviar daqui em diante. O peso da dívida na África Subariana está, em média, a estabilizar, porém as elevadas vulnerabilidades da dívida pública e as baixas reservas externas continuarão a limitar a margem de ação das políticas em vários países.

As perspetivas deparam-se com outros riscos descendentes. Os ventos contrários externos intensificaram-se desde abril e incluem a ameaça do crescimento do protecionismo, uma subida acentuada nos prémios do risco ou uma inversão nas entradas de capital devido a condições financeiras globais mais restritivas e a um abrandamento mais rápido do que o previsto na China e na área do euro. A nível regional, os riscos descendentes a curto prazo incluem os choques climáticos, a intensificação dos desafios de segurança e a potencial propagação do surto do Ébola para além da República Democrática do Congo. Além disso, as derrapagens orçamentais, incluindo as que ocorreram em alguns países antes das eleições, e

a ausência de reformas em países chave poderão agravar as pressões sobre o défice e a dívida. A médio prazo, a implementação com êxito de reformas, incluindo no contexto da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), pode constituir um risco ascendente considerável.

Uma estratégia assente em três vertentes que reduza os riscos e promova o crescimento sustentado em todos os países na região implica:

- **Calibrar cuidadosamente o conjunto de políticas a curto prazo:** Num contexto de reservas limitadas e elevada vulnerabilidade da dívida em alguns países, os decisores políticos têm pouco espaço de manobra para resistir às turbulências externas. O espaço para apoiar o crescimento continua, sobretudo, do lado da política monetária e cinge-se aos países com pressões inflacionistas controladas e crescimento abaixo do potencial. Se os riscos descendentes se materializarem, a política orçamental e monetária poderá ser cuidadosamente recalibrada para apoiar o crescimento, em linha com a sustentabilidade da dívida e o financiamento disponível, e no âmbito de um plano de ajustamento a médio prazo credível. Nos países que apresentam um crescimento lento, o ritmo de ajustamento poderá ser mais gradual, desde que haja financiamento, ou a composição do ajustamento poderá ser ajustada de modo a minimizar o impacto no crescimento. Nos países de rápido crescimento que se deparam com um elevado nível de vulnerabilidade da dívida, a prioridade continua a ser a reconstituição das reservas.
- **Reforçar a resiliência:** Tal ajudaria a região a ter períodos mais longos de forte crescimento. Para reforçar a resiliência – incluindo a resiliência a desafios relacionados com o clima, a saúde e a segurança – será necessário mobilizar as receitas internas, racionalizar os subsídios ineficientes e melhorar a gestão das finanças públicas (Capítulo 3) a fim

Este capítulo foi preparado por uma equipa liderada por Seung Mo Choi e composta por Michael Gorbanyov, Cleary Haines, Siddharth Kothari, Andresa Lagerborg, Nkunde Mwase, Malika Pant e Torsten Wezel, sob a supervisão de Papa N'Diaye e Catriona Purfield.

de consolidar os balanços soberanos e criar espaço orçamental para as necessidades de desenvolvimento. A promoção da diversificação da economia, a melhoria dos quadros de política macroeconómica e a redução do crédito malparado também contribuiriam para reduzir a vulnerabilidade dos países a choques.

- **Acelerar o crescimento a médio prazo:** É essencial aumentar as taxas de crescimento *per capita*, sobretudo nos países ricos em recursos, a fim de garantir a sustentabilidade dos resultados sociais e criar emprego para os 20 milhões de novos trabalhadores (em termos líquidos) que deverão entrar nos mercados de trabalho todos os anos. Com o objetivo de promover o crescimento da região a médio prazo (Capítulo 2), será necessário abordar de forma abrangente as barreiras tarifárias e não tarifárias no contexto da ZCLCA, desenvolver as cadeias de valor regionais e implementar reformas estruturais para impulsionar o investimento e a competitividade.

O resto deste capítulo aborda mais pormenorizadamente 1) os desafios impostos à região pelas conjunturas mundial e regionais, 2) as vulnerabilidades dos balanços da região e 3) as principais prioridades de política.

O Capítulo 2 analisa o nível de concorrência no mercado dos produtos na região e aborda como melhorar a competitividade. O nível de concorrência na África Subsariana permanece relativamente baixo por comparação com o resto do mundo, o que se reflete nas margens comerciais mais elevadas das empresas, em especial, nos setores não transacionáveis, e em preços dos produtos superiores. A análise empírica sugere que, aumentando a concorrência, a região pode beneficiar de um crescimento e de ganhos de bem-estar significativos através de uma melhor produtividade, uma competitividade das exportações mais forte e preços no consumidor inferiores. O fomento da concorrência na região requer reformas holísticas que abranjam um quadro de política da concorrência eficaz, a abertura ao comércio e ao investimento direto estrangeiro e regulamentação aplicável

às empresas e políticas macroeconómicas que criem condições equitativas entre as empresas.

O Capítulo 3 avalia os atrasados internos e discute as políticas para a sua regularização e para evitar a sua acumulação. A partir de uma nova base de dados dos países da África Subsariana, o capítulo considera que prevalece o financiamento da despesa através dos atrasados internos, com uma crescente incidência face a choques exógenos adversos, como o choque das matérias-primas de 2014. Considera-se que os atrasados internos afetam negativamente a atividade do setor privado e a prestação de serviços sociais, aumentando as vulnerabilidades do setor bancário e minando a confiança dos cidadãos no governo. Mostra também que os atrasados enfraquecem a capacidade de a política orçamental apoiar a economia, lançando a dúvida sobre a vantagem de recorrer ao financiamento através dos atrasados para evitar cortes na despesa. O capítulo discute as políticas para regularizar os atrasados e evitar a sua acumulação, incluindo através de reformas de gestão orçamental, da constituição de reservas e de apoio externo atempado.

EVOLUÇÃO E PERSPETIVAS MACROECONÓMICAS

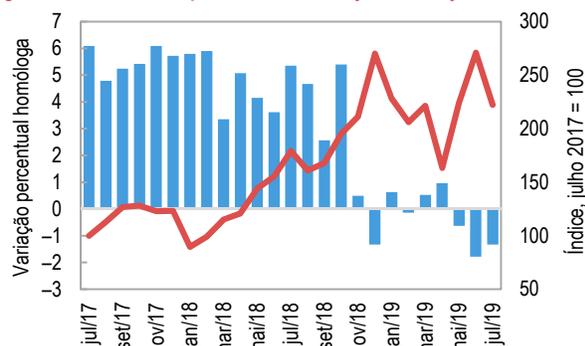
Ambiente mundial menos favorável

Espera-se que o crescimento mundial aumente de 3,0% em 2019 para 3,4% em 2020. A recuperação projetada nas perspetivas mundiais é precária, com riscos em sentido descendente significativos relacionados com tensões comerciais e tecnológicas¹. Estas tensões aumentaram a incerteza das políticas e diminuíram os volumes comerciais (Figura 1.1). No médio prazo, projeta-se que o crescimento se situe em 3,6%, impulsionado sobretudo pelas economias de mercados emergentes.

Os preços das matérias-primas deverão descer. Espera-se que o crescimento mundial moderado afete as exportações da região e a maioria dos preços das matérias-primas, exceto os preços dos metais (Figura 1.2). Os efeitos da descida dos preços das matérias-primas na região, em especial dos preços do petróleo, são mistos. Ajudarão as

¹ As tensões tecnológicas incluem as ações dos EUA relativas às empresas tecnológicas chinesas.

Figura 1.1. Crescimento do volume global de importações e índice global de incerteza de política econômica, julho 2017–julho 2019

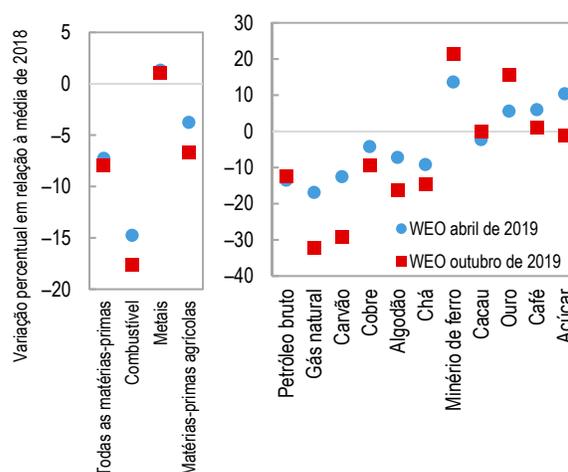


Fontes: Davis (2016) e Organização Mundial do Trabalho.

posições orçamental e externa dos importadores de matérias-primas da região, mas também constituirão entraves aos exportadores de matérias-primas. Dado que os exportadores de matérias-primas têm um peso económico consideravelmente superior ao dos importadores e representam cerca de dois terços da população da região, a descida dos preços das matérias-primas envolve normalmente um crescimento mais lento e fundamentos mais fracos para a região. Projeta-se que a descida dos preços das matérias-primas persista no médio prazo, com riscos largamente equilibrados em torno desta previsão. Os riscos em sentido descendente derivam de uma produção de xisto superior à esperada nos Estados Unidos, ao passo que os riscos ascendentes estão relacionados com outras potenciais perturbações nos principais países produtores de petróleo, como o Irão e a Venezuela.

As condições financeiras mundiais tornaram-se mais favoráveis desde o início de 2019 uma vez que os principais bancos centrais passaram a adotar uma maior acomodação monetária. Os preços das ações a nível mundial e os rendimentos das obrigações diminuíram, e os fluxos de entrada de capitais nos mercados de obrigações da região recuperaram não obstante a alta volatilidade dos fluxos de entrada e dos diferenciais. Estas condições apoiaram a emissão de obrigações soberanas internacionais pelos mercados de fronteira da região num valor superior a USD 10,5 mil milhões até à altura em 2019 (Figura 1.3).

Figura 1.2. Variação projetada nos preços das matérias-primas: Variações esperadas, média 2019–20 vs. 2018



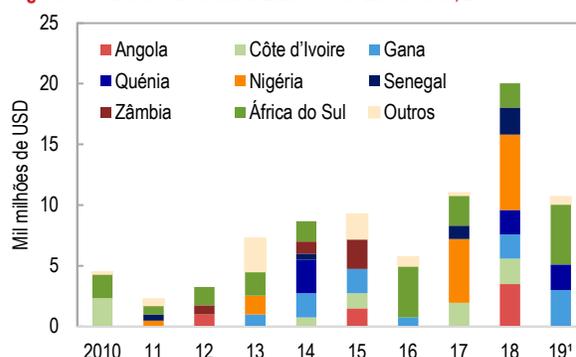
Fontes: FMI, Commodity Price System; e FMI, pressupostos globais.

Nota: Além do petróleo, algumas das principais matérias-primas exportadas pela região são o cobre (República Democrática do Congo e Zâmbia), o minério de ferro (África do Sul, Libéria e Serra Leoa), o carvão (África do Sul e Moçambique), o ouro (África do Sul, Burkina Faso, Gana, Mali e Tanzânia) e a platina (África do Sul). WEO = Base de dados do World Economic Outlook.

Desafios regionais crescentes

A região continuou a padecer de choques relacionados com o clima. Secas graves provocadas pelo El Niño afetaram Angola, o Botswana, a Etiópia, o Lesoto, a Namíbia, o Quênia, a Zâmbia e o Zimbábue, provocando insegurança alimentar, migração, pressão inflacionista (devido a limitações de fornecimento), pressão orçamental, cortes de eletricidade e balanças comerciais inferiores. Além disso, os ciclones Idai e Kenneth assolaram Moçambique e outros países do sudeste africano em março e abril, afetando milhões e provocando danos superiores a USD 2 mil milhões. Os ciclones

Figura 1.3. África Subariana: Emissão de Eurobonds, 2010–19



Fonte: Bloomberg Finance L.P.

¹ Dados até setembro de 2019.

também enfraqueceram a atividade económica, perturbando o funcionamento dos principais portos e adicionando pressão à inflação, aos saldos orçamentais e às balanças comerciais.

O surto do Ébola na República Democrática do Congo agravou-se. Em setembro de 2019, tinham sido relatados cerca de 3 mil casos, com mais de 2 mil mortes. A vacinação assegurou alguma proteção, mas a doença propagou-se a Goma – uma cidade com uma população superior a 2 milhões de habitantes. Isto levou a Organização Mundial de Saúde a declarar uma situação de emergência de saúde pública de importância internacional”. Até agora, o crescimento económico, a receita orçamental e as reservas cambiais mantiveram-se, em grande medida, inalteradas dado que a atividade económica se situa noutros locais. De uma perspetiva positiva, verificou-se que os medicamentos experimentais administrados aos doentes de Ébola reduziram significativamente as taxas de mortalidade. Acresce que no Burundi, o surto de malária infetou quase metade da população, matando cerca de 1.800 pessoas este ano, de acordo com dados de julho de 2019.

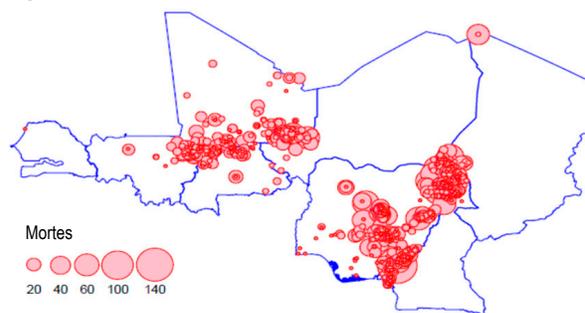
As tensões em matéria de segurança no Sahel continuaram a intensificar-se (Figura 1.4). Os incidentes terroristas relatados nos países do Sahel aumentaram 75% em 2019 (em termos anualizados de janeiro a setembro). O Burkina Faso, o Mali e o Níger foram os países mais afetados. Os desafios em termos de segurança tiveram impactos orçamentais significativos em alguns destes países, o que se traduziu em menores receitas e em despesas militares e com segurança superiores – tais despesas duplicaram em 2019 no Burkina Faso, no Mali e no Níger, representando cerca de 4% do PIB e absorvendo 20% das receitas orçamentais.

Perspetivas

Trajcetórias de crescimento divergentes

Projeta-se que o crescimento da região permaneça em 3,2% em 2019 e aumente para 3,6% em 2020, num contexto de crescimento constante do consumo e do investimento privados, e de crescimento mais lento do consumo e do investimento públicos. As perspetivas de crescimento baseiam-se no apoio contínuo da

Figura 1.4. Países do Sahel: Conflitos com mortes, 2018



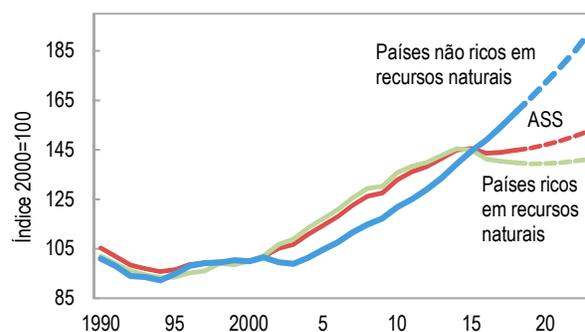
Fonte: Uppsala Conflict Data Program.

política monetária nos países com uma política monetária independente e numa recuperação modesta nos exportadores de petróleo face a níveis muito baixos. O dinamismo de crescimento deverá abrandar ligeiramente devido à consolidação orçamental na maioria dos países.

As taxas de crescimento projetadas para 2019 e 2020 são, respetivamente, 0,3 e 0,1 pontos percentuais inferiores ao previsto em abril. O crescimento foi revisto em baixa em cerca de dois terços dos países da região, o que reflete o ambiente externo e regional mais complexo (descrito acima) e um crescimento mais fraco do que o antecipado na África do Sul.

Existe uma heterogeneidade significativa nas trajetórias de crescimento entre países. Espera-se que os países não ricos em recursos cresçam quase três vezes mais rapidamente (6,0% em 2019) do que os exportadores de petróleo (2,1%) e outros países ricos em recursos (2,7%) (Figura 1.5). A diversidade manifesta-se também entre grupos de países, com grandes diferenças entre países dependendo do grau de diversificação, do

Figura 1.5. África Subsariana: PIB real per capita, 1990-2023



Fonte: FMI, base de dados WEO.

Nota: ASS = África Subsariana.

ajustamento macroeconómico ao choque dos termos de troca de 2014, da incerteza das políticas e das vulnerabilidades da dívida. Esta diferença de desempenho mantém-se mesmo entre exportadores de petróleo, tendo as economias mais diversificadas taxas de crescimento do PIB superiores (Figura 1.6).

A atividade económica nas três maiores economias da região, Nigéria (exportadora de petróleo), África do Sul (um país não petrolífero, rico em recursos) e a Etiópia (um país não ricos em recursos), ilustra as trajetórias de crescimento mistas na região.

- Projeta-se que a Nigéria cresça 2,5% em 2020, face a 2,3% em 2019, impulsionada pelos setores petrolífero e não petrolífero. A projeção é de um crescimento no médio prazo ligeiramente superior a 2,5%, o que implica que não se verificam progressos no crescimento *per capita*. Este crescimento baixo deve-se a um ajustamento de política insuficiente, a grandes lacunas em termos de infraestruturas, ao baixo investimento privado e a vulnerabilidades do setor bancário.
- O crescimento da África do Sul deverá permanecer moderado, aumentando apenas ligeiramente de 0,7% em 2019 para 1,1% em 2020, dado que se espera que o investimento privado e o crescimento das exportações permaneçam baixos. Projeta-se um crescimento no médio prazo ligeiramente inferior a 2%, apenas um pouco acima do crescimento populacional. Isto reflete as limitações estruturais (incluindo o elevado

custo de fazer negócios, mercados dos produtos e do trabalho inflexíveis e uma baixa eficiência das empresas públicas) que se esperam venha a manter em baixa a confiança empresarial e o investimento privado.

- A Etiópia deverá crescer 7,2% em 2020, ligeiramente abaixo da taxa de 7,4% projetada para 2019. Espera-se que o crescimento abrande no médio prazo para cerca de 6,5%, refletindo os esforços para fazer face aos grandes desequilíbrios externos através de uma restritividade orçamental e da política monetária.

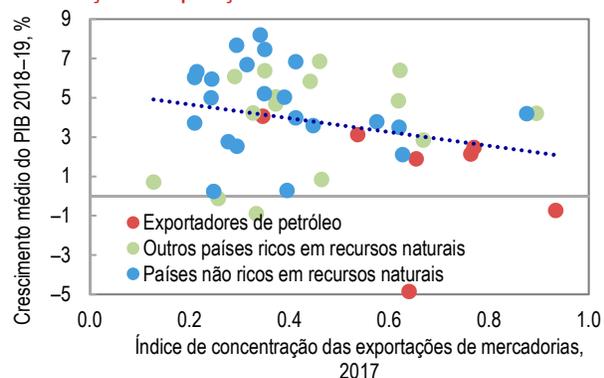
É provável que o crescimento lento na Nigéria e na África do Sul limite as repercussões positivas aos seus parceiros comerciais, com destaque para as remessas, a atividade do setor financeiro e a procura de importações.

Os países não ricos em recursos deverão continuar a crescer rapidamente a uma taxa de cerca de 5,5% (excluindo a Etiópia) em 2020. O dinamismo de crescimento permanece forte devido, em parte, ao investimento privado (Côte d'Ivoire, Ruanda, Senegal), ao crescimento da produtividade no setor agrícola (Benim) e ao investimento público (Maurícias, Ruanda).

No médio prazo, prevê-se que o crescimento na região seja próximo dos 4%, ou cerca de 1,5% em termos *per capita*. Excluindo os dois maiores países (Nigéria e África do Sul), o crescimento no médio prazo deverá ser ligeiramente superior, situando-se um pouco acima dos 5%. As trajetórias de crescimento divididas entre países ricos em recursos e países não ricos em recursos deverão persistir no médio prazo, prevendo-se um crescimento forte nos segundos (cerca de 6%) e moderado nos primeiros (cerca de 3%), (Figura 1.7).

- Em termos *per capita*, 21 dos 45 países na região devem apresentar um crescimento inferior à média mundial, esperando-se que 12 países (que representam cerca de um terço da população da região) registem um crescimento *per capita* negativo em 2019.

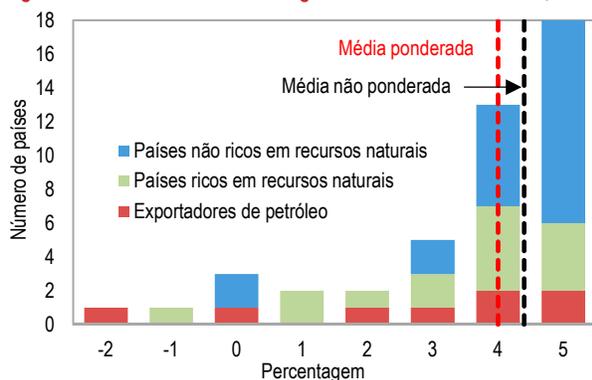
Figura 1.6. África Subariana: Crescimento do PIB real vs. índice de concentração das exportações de mercadorias



Fontes: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; e FMI, base de dados WEO.

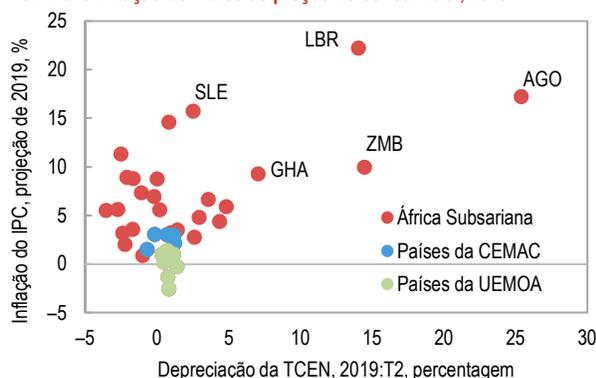
Nota: Valores mais elevados do índice de concentração das exportações de mercadorias implicam uma concentração mais elevada.

Figura 1.7. África Subsariana: Histograma do crescimento do PIB, 2022



Fonte: FMI, base de dados WEO.

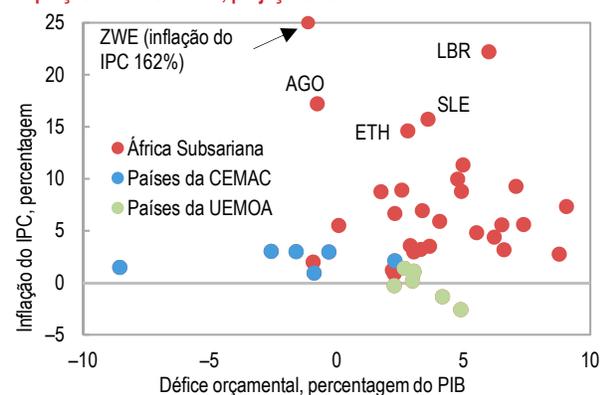
Figura 1.8. África Subsariana: Depreciação da taxa de câmbio efetiva nominal e inflação do índice de preços no consumidor, 2019



Fonte: FMI, base de dados WEO.

Nota: CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; IPC = Índice de Preços no Consumidor; TCER = taxa de câmbio efetiva nominal; UEMOA = União Económica e Monetária Oeste-Africana. Exclui o Zimbabwe. Ver na página vi a lista de abreviaturas dos países

Figura 1.9. África Subsariana: Déficit orçamental e inflação do índice de preços no consumidor, projeções de 2019



Fonte: FMI, base de dados WEO.

Nota: CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; IPC = Índice de Preços no Consumidor; TCER = taxa de câmbio efetiva nominal; UEMOA = União Económica e Monetária Oeste-Africana. Ver na página vi a lista de abreviaturas dos países.

- Simultaneamente, 24 países, sobretudo não ricos em recursos e que abrigam 500 milhões de pessoas, verão o seu rendimento *per capita* aumentar mais rapidamente do que o resto do mundo. Espera-se que o crescimento rápido nos serviços, em particular comunicações, comércio por grosso e serviços financeiros, bem como a construção, continuem a impulsionar o crescimento. Estes setores cresceram, em média, mais de 5% ao ano em 2013–17.

Alívio da inflação

A inflação média na região deverá abrandar de 8,5% em 2018 para 8,4% em 2019 e 8,0% em 2020, mas existem grandes diferenças entre países. É provável que a inflação aumente nos países que passaram por conflitos ou perturbações políticas, que registaram grandes depreciações (Angola, Libéria) (Figura 1.8), sofreram secas (Lesoto, Namíbia, Quênia, Zâmbia, Zimbabwe) ou apresentam grandes défices orçamentais (Figura 1.9). Pelo contrário, espera-se que a inflação permaneça baixa nas uniões monetárias (União Económica e Monetária da África Ocidental [UEMOA] e Comunidade Económica e Monetária da África Central [CEMAC]). Alguns países da UEMOA deverão registar deflação.

Balancos frágeis

As elevadas vulnerabilidades dos balanços em muitos países limitam o espaço para as políticas macroeconómicas abordarem os riscos em sentido descendente ao crescimento. Vários países apresentam fragilidades nos balanços públicos, com elevados rácios da dívida e uma capacidade de reembolso limitada, baixos níveis de reservas cambiais e fragilidades nos balanços das empresas financeiras e não financeiras.

As vulnerabilidades da dívida pública permanecem elevadas

A dívida pública da região enquanto rácio do PIB estabilizou em cerca de 55%, em média, entre países (Figura 1.10). Os rácios da dívida dos exportadores de petróleo diminuíram cerca de 10 pontos percentuais do PIB desde 2016. O ajustamento neste grupo de países verificou-se através da compressão da despesa. A redução de

Figura 1.10. África Subsariana: Dívida pública, 2011–23

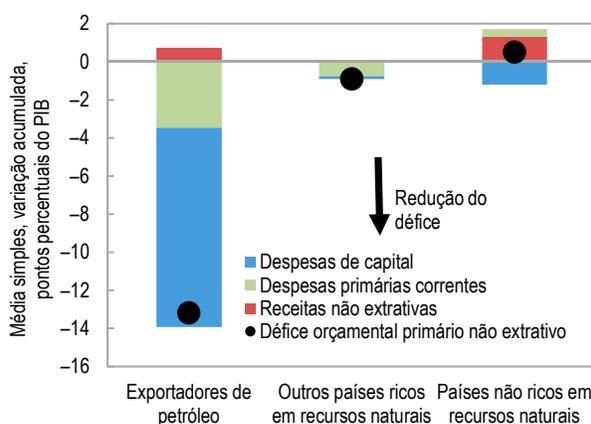


Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: As projeções de base refletem os cenários de base ou do programa reportados nos últimos relatórios do corpo técnico do FMI. As projeções "sem ajustamento" presumem que o défice primário, a despesa de juro real e outras componentes da acumulação de dívida permanecerão nos seus níveis de 2016–18, enquanto a taxa de câmbio real e as componentes do crescimento do PIB acompanham as projeções de base. Nota: Exclui o Burundi, a Eritreia e o Sudão do Sul devido à indisponibilidade de dados.

quase 14 pontos percentuais do PIB do défice orçamental primário não relacionado com matérias-primas no período 2013–18 foi, em grande medida, alcançada pelo corte no investimento público e, em menor grau, pela despesa primária corrente, ao passo que as receitas não relacionadas com matérias-primas diminuíram ligeiramente (Figura 1.11). Outros países ricos em recursos também realizaram alguns progressos na consolidação orçamental, sobretudo através da redução da despesa recorrente. Nos países não ricos em recursos, o défice orçamental primário aumentou uma vez que as receitas diminuíram enquanto rácio do PIB, o que contribuiu para rácios da dívida superiores.

Figura 1.11. África Subsariana: Variação do défice orçamental primário não extrativo, 2013 vs. 2018



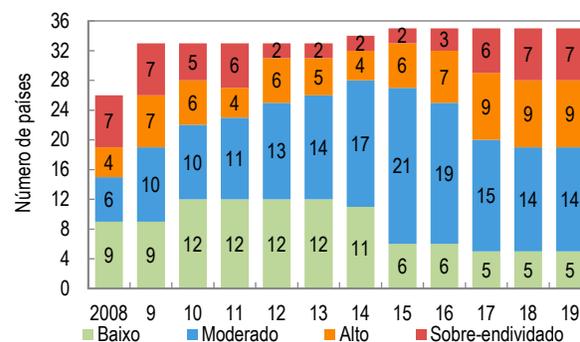
Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Nota: Exclui o Burundi, a Eritreia e o Sudão do Sul devido à indisponibilidade de dados.

Apesar da estabilização da dinâmica da dívida, as vulnerabilidades da dívida pública permanecem elevadas em alguns países. Entre os países de baixos rendimentos e em desenvolvimento da África Subsariana, sete (que representam 3% do PIB regional) estão em situação de sobre-endividamento (Eritreia, Gâmbia, Moçambique, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Sudão do Sul, Zimbabwe) e nove (que representam 16% do PIB regional) encontram-se em risco elevado de sobre-endividamento (Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Etiópia, Gana, República Centro-Africana, Serra Leoa, Zâmbia) (Figura 1.12). Os restantes 19 países de baixos rendimentos e em desenvolvimento apresentam vulnerabilidades da dívida moderadas. No caso de países de rendimento médio e elevado, a dívida pública permanece sustentável no cenário de base, na maioria dos casos.

Existem também vulnerabilidades relacionadas com a composição da dívida pública. Os stocks de dívida pública derivam principalmente de fontes comerciais, com mais de metade de credores internos e cerca de 15% de Eurobonds (Figura 1.13). A dívida bilateral e multilateral oficial representou apenas cerca de um quarto da dívida pública total em 2017, muito inferior à do início dos anos de 2000. A maior dependência da dívida pública comercial expõe os balanços soberanos a maiores riscos cambiais e de refinanciamento. Igualmente, um aumento da dívida de credores internos pode desencorajar o financiamento de projetos do setor privado.

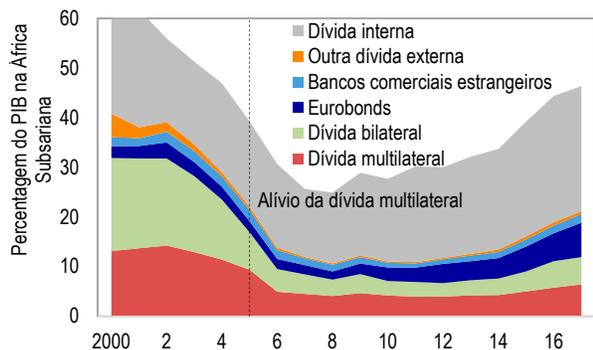
Figura 1.12. África Subsariana: Situação de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento habilitados à assistência PRGT, 2008–19



Fonte: FMI, base de dados da análise de sustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento.

Nota: As classificações do risco da dívida de Burundi, Chade, Gâmbia, Lesoto, Ruanda, São Tomé e Príncipe e Zimbabwe remontam a 2009; a de Cabo Verde, a 2014; e a do Sudão do Sul, a 2015. PRGT = Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento.

Figura 1.13. África Subsariana: Composição da dívida pública, 2000–17



Fontes: Banco Mundial, *International Debt Statistics*; e FMI, base de dados WEO.

Nota: Exclui a Guiné Equatorial, a Namíbia, as Seicheles e o Sudão do Sul devido à indisponibilidade de dados.

As reservas externas permanecem baixas

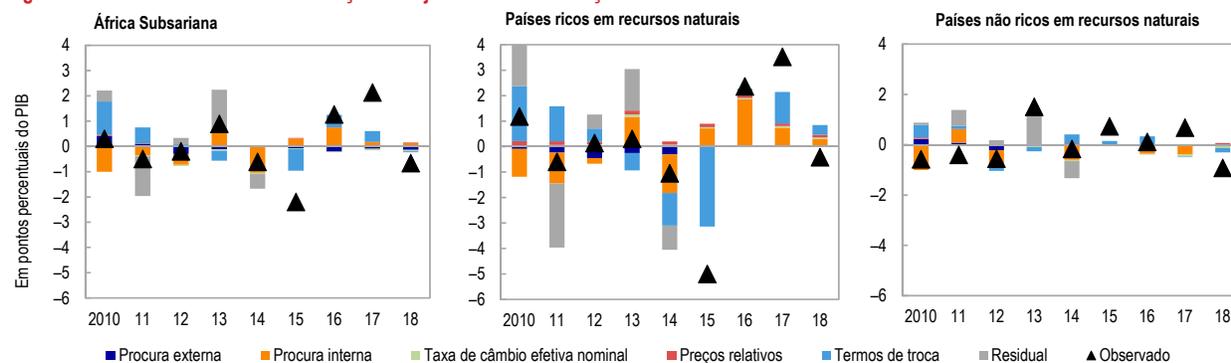
Na região, espera-se que o défice da conta corrente média (simples) aumente de 6,2% do PIB em 2018 para cerca de 7,2% do PIB em 2019, o que reflete maiores défices nos exportadores de petróleo (devido à projeção de preços do petróleo inferiores) e nos países que sofrem de choques relacionados com o clima (Lesoto, Moçambique). No final de 2019, as reservas cambiais deverão permanecer entre 3 e 4 meses de importações, com grandes diferenças entre países.

Persiste uma diversidade considerável nas posições externas entre países. Na sequência do declínio dos preços do petróleo em 2014–15 verificaram-se grandes desequilíbrios externos nos exportadores de petróleo. Desde então, os défices da conta corrente

estreitaram significativamente para cerca de 1% do PIB, em média, em 2018, com o avanço da consolidação orçamental, o que contribuiu para a compressão da procura interna e a melhoria dos respetivos termos de troca (Figura 1.14). Trata-se de um desenvolvimento positivo, mas é provável que o ajustamento da conta corrente seja menos duradouro do que se tivesse ocorrido através de uma reafetação de recursos para setores mais produtivos e orientados para as exportações. A natureza do ajustamento reflete o facto de as taxas de câmbio e os preços relativos terem desempenhado um papel menor, uma vez que vários países adotavam regimes de câmbio fixos ou exibiam preocupações com o grande volume de passivos denominados em moeda estrangeira, uma transmissão significativa das variações da taxa de câmbio à inflação (estimada em cerca de 40%) e uma capacidade de resposta limitada da produção e das exportações às variações das taxas de câmbio reais. No caso dos países não exportadores de petróleo, os défices da conta corrente permanecem elevados, o que reflete sobretudo maiores hiatos entre a poupança e o investimento públicos.

Em termos prospetivos e com as políticas atuais, espera-se apenas uma ligeira diminuição dos défices da conta corrente devido à continuação da pressão para abordar as necessidades de desenvolvimento. Por conseguinte, as reservas cambiais deverão permanecer baixas, deixando vários países expostos a choques dos termos de troca (Figura 1.15).

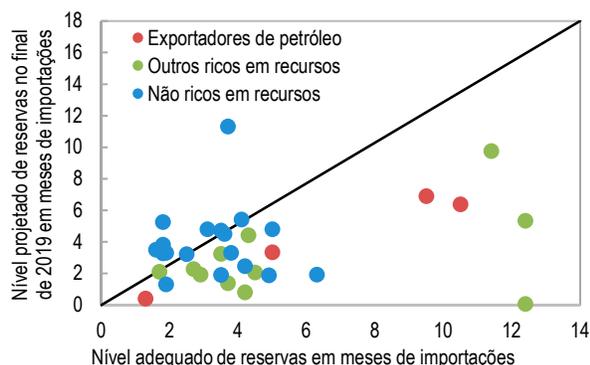
Figura 1.14. África Subsariana: Contribuições ao ajustamento da balança corrente



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Contribuições baseadas nos resultados de um modelo estendido do efeito de Harberger-Laursen-Meltzer. O modelo traça a relação entre as variações no saldo da balança corrente e os termos de troca, a procura interna e externa, a taxa de câmbio nominal e os preços relativos. A parte das barras identificada como residual contém os efeitos fixos médios por país.

Figura 1.15. África Subsariana: Margens de reservas



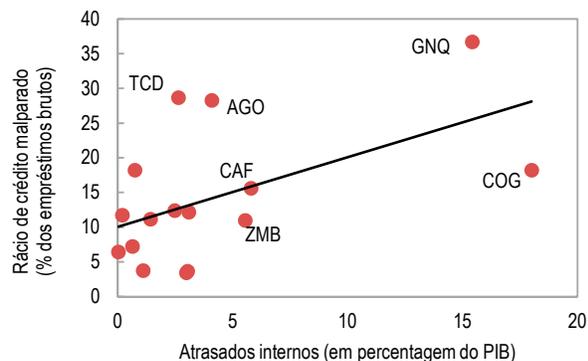
Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Níveis adequados de reservas com base na metodologia para avaliar a adequação das reservas em economias com restrições de crédito (FMI, 2016). Os exportadores de petróleo, excluindo a África do Sul, Angola e a Nigéria, estão agrupados num único ponto de dados que corresponde à Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC). Os países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) estão agrupados num único ponto de dados e classificados como não ricos em recursos.

Os balanços dos bancos continuam a apresentar fragilidades

Os rácios de crédito malparado permanecem elevados, situando-se, em média, em 11%. Isto traduz, nalguns casos, deficiências nas práticas de gestão de risco, o legado do choque dos preços das matérias-primas e fragilidades nos balanços públicos, o que afetou as finanças dos fornecedores, incluindo devido aos atrasados internos. A acumulação de atrasados, por seu lado, prejudicou a capacidade dos fornecedores de fazerem face às suas responsabilidades perante os bancos (Figura 1.16, Capítulo 3).

Figura 1.16. África Subsariana: Atrasados internos e rácio de crédito malparado, 2018



Fontes: FMI, *International Financial Statistics*; Capítulo 3 desta edição das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*.

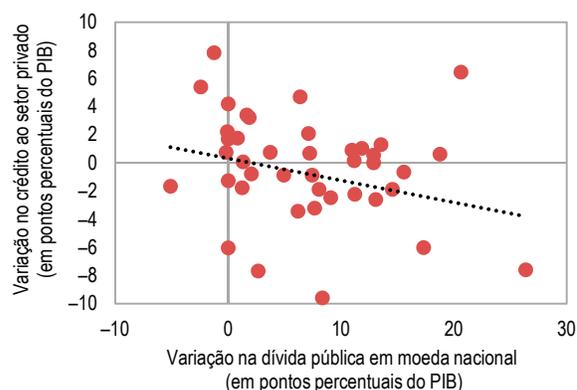
Nota: Ver na página vi a lista de abreviaturas dos países.

No entanto, o crédito malparado elevado, o endividamento público e alterações regulamentares contribuíram para o abrandamento do crescimento do crédito no setor privado (Figura 1.17), prejudicando a atividade económica. O crescimento do crédito permanece bem abaixo da sua média de longo prazo (próxima a 10% em 2006–19). O seu fraco crescimento também reflete a introdução nos países das novas normas prudenciais alinhadas com o Basileia II/III, para as quais os bancos tiveram de aumentar as suas provisões e capitais próprios (UEMOA). Os rácios de capitais próprios dos bancos são elevados, em média, nos países (21% no terceiro trimestre de 2018), mas existe uma variação significativa entre países e bancos individuais, permanecendo alguns bancos subcapitalizados em alguns países. Outras fontes de preocupação incluem desfasamentos de liquidez em moeda estrangeira (Angola), uma elevada concentração de empréstimos (Benim, Eswatini, Lesoto, Malawi) e maiores dívidas das famílias e das empresas (Namíbia).

RISCOS PARA AS PERSPETIVAS

As perspetivas de crescimento da África Subsariana incluem riscos em sentido descendente consideráveis. A nível externo, os riscos de curto prazo incluem: 1) um protecionismo crescente, 2) um aumento acentuado dos prémios de risco e 3) um abrandamento mais rápido do que o antecipado na China e na área do euro. A nível interno, os riscos em sentido descendente no curto prazo incluem choques climáticos, a intensificação dos desafios em matéria de segurança e uma

Figura 1.17. África Subsariana: Variação no crédito ao setor privado e dívida pública em moeda nacional, 2014–18



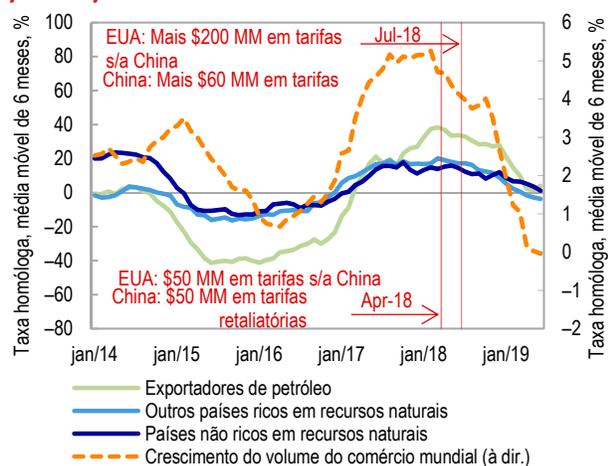
Fontes: Autoridades nacionais e FMI, base de dados WEO.

nova propagação do surto do Ébola da República Democrática do Congo a países vizinhos. Além disso, as derrapagens orçamentais, incluindo as anteriores às eleições em alguns países, e a ausência de reformas em países-chave podem contribuir para o défice e as pressões da dívida². No médio prazo, uma implementação bem-sucedida das reformas, incluindo no contexto da ZCLCA, pode envolver um risco em sentido ascendente considerável (discutido adiante neste capítulo).

Aumento do protecionismo

Barreiras comerciais e tecnológicas adicionais e ameaças de novas ações reduziriam o crescimento mundial, tanto diretamente através de um menor investimento e de uma deslocação nas cadeias de fornecimento mundiais como, indiretamente, através de efeitos adversos para a confiança e da volatilidade do mercado financeiro. Isto provavelmente provocaria uma descida dos preços das matérias-primas, afetando negativamente os países ricos em recursos. As atuais tensões comerciais afetaram o crescimento das exportações na região (Figura 1.18).

Figura 1.18. África Subsariana: Crescimento das exportações, jan. 2014–jun 2019



Fontes: CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis, *World Trade Monitor*; e FMI, *Direction of Trade Statistics*.

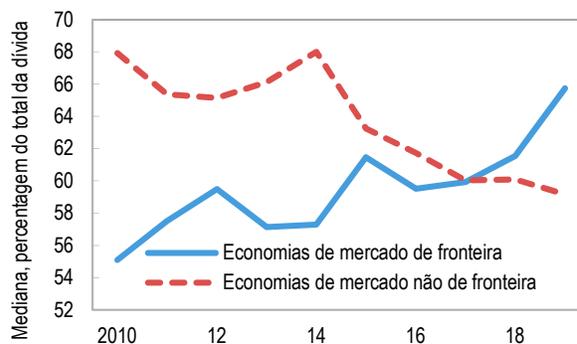
Nota: MM = mil milhões.

Aumento acentuado dos prémios de risco

Neste contexto de política monetária branda e condições financeiras favoráveis em muitas economias avançadas, a apetência global pelo risco pode diminuir de forma abrupta em caso de tensões comerciais acrescidas, de pressões renovadas nas economias de mercados emergentes ou de um Brexit desordenado. Isto pode traduzir-se num aumento acentuado dos prémios de risco e numa paragem ou inversão súbita dos fluxos de carteira na região. Nestas circunstâncias, as economias de fronteira da região podem registar custos do serviço da dívida pública superiores, pressões de depreciação adicionais e balanços mais fracos. Em muitas economias de mercados de fronteira, uma grande percentagem da dívida pública total é denominada em moeda estrangeira, o que as expõe a riscos cambiais e de refinanciamento (Figura 1.19).

Os efeitos de uma restritividade súbita das condições financeiras mundiais podem envolver novas tensões financeiras e orçamentais e comprometer o progresso da região em matéria de crescimento e desenvolvimento. Maiores fluxos financeiros nos mercados de fronteira da região asseguraram os recursos para financiar as necessidades de desenvolvimento. No entanto, uma restritividade das condições financeiras mundiais num momento em que os países necessitam de refinar grandes montantes de obrigações pode forçar um ajustamento acentuado na despesa interna, com as respetivas consequências adversas para o crescimento.

Figura 1.19. África Subsariana: Parcela do total da dívida em moeda estrangeira, mediana, 2010–19



Fonte: FMI, base de dados WEO.

² Em 2019, estão programadas eleições presidenciais no Botswana, na Guiné-Bissau, em Moçambique e na Namíbia. Em 2020, haverá eleições no Burkina Faso, no Burundi, nas Comores, na Côte d'Ivoire, na Etiópia, no Gana, na Guiné, na República Centro-Africana, nas Seicheles, na Tanzânia e no Togo.

Abrandamento mais rápido do que o antecipado na China ou na área do euro

Se o abrandamento na China ou na área do euro for mais rápido do que o antecipado (por exemplo, devido a um Brexit desordenado no caso da área do euro), a procura de exportações de matérias-primas da região pode diminuir, o que poderá prejudicar o crescimento dos exportadores de matérias-primas. A China e a área do euro representam cerca de 20% e 30% do comércio total, respetivamente.

A análise do crescimento em risco mostra que, num cenário combinado no qual os três choques externos mencionados se materializem, o crescimento da região pode diminuir cerca de 1% no ano inicial e cerca de 0,5% no ano seguinte (Figura 1.20). As diferenças dos impactos nos vários países variarão em função da sua dependência das matérias-primas e da abertura ao comércio e aos fluxos financeiros.

Desastres naturais

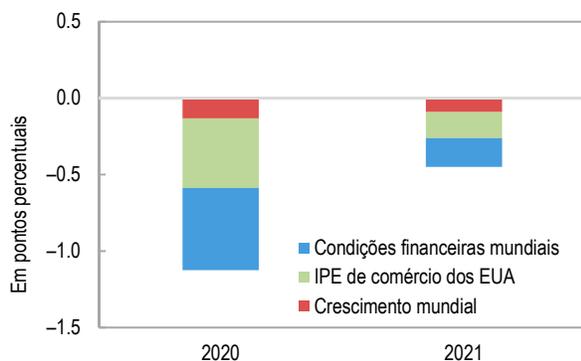
A frequência e a intensidade dos desastres naturais aumentaram nos últimos 30 anos. A frequência das inundações, por exemplo, aumentou seis vezes entre as décadas de 1980 e 2000 na África Subsaariana (comparativamente a três vezes no mundo, Figura 1.21). O El Niño esperado no início de 2020 aponta para riscos elevados de inundações e secas em várias áreas. A forte dependência da

agricultura pluvial torna a região vulnerável a desastres relacionados com o clima, como secas, ciclones e chuvas intensas (FMI 2016a). Acresce que a propagação do surto do Ébola na República Democrática do Congo a outras grandes cidades e países vizinhos, além de provocar terríveis perdas humanas, pode minar a confiança, o investimento e as atividades comerciais na região.

POLÍTICAS

A região enfrenta enormes desafios de desenvolvimento. O cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 das Nações Unidas (ODS) requer uma despesa significativa – recursos estimados em 15% do PIB adicionais, em média, por ano – dos setores público e privado, e de fontes oficiais multilaterais e bilaterais (Gaspar et al. 2019). Simultaneamente, será necessário um aumento significativo na criação de empregos para os cerca de 20 milhões (líquidos) de pessoas que se preparam para entrar nos mercados de trabalho a cada ano até 2030. Esse número é o dobro do que a região criou anualmente entre 2017–19 (Figura 1.22). Assim, é importante avançar com as reformas para promover o crescimento e a criação de emprego, para não colocar em risco os ganhos obtidos na estabilidade macroeconómica e assistir à estagnação dos progressos no desenvolvimento, com potenciais repercussões a outras regiões, incluindo através da migração.

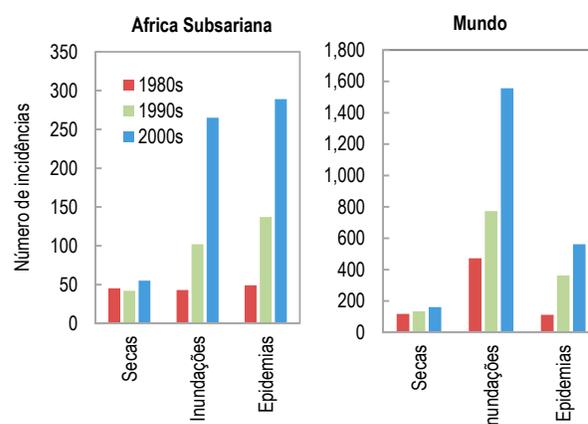
Figura 1.20. Cenário de risco de baixa: Impacto da escalada das tensões comerciais, do abrandamento mundial e do aperto das condições financeiras mundiais na África Subsaariana



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

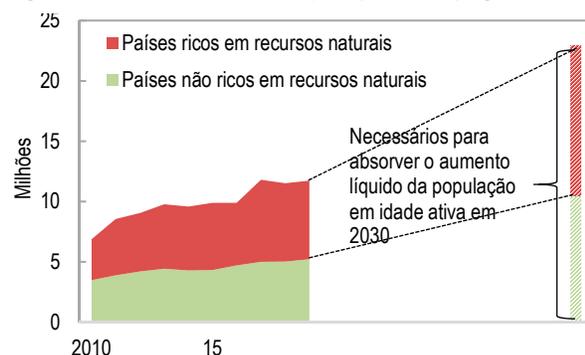
Nota: O cenário presume um aumento de dois desvios padrão do índice de incerteza da política comercial dos EUA e de um terço de um desvio padrão na restritividade das condições financeiras mundiais, e um abrandamento de um terço de um desvio padrão no crescimento mundial. IPE = incerteza de política económica.

Figura 1.21. Incidência de desastres naturais, 1980s–2000s



Fonte: EM-DAT, base de dados internacional sobre desastres naturais, Centro de Investigação sobre a Epidemiologia das Catástrofes.

Figura 1.22. África Subsariana: Criação líquida de empregos, 2010–30



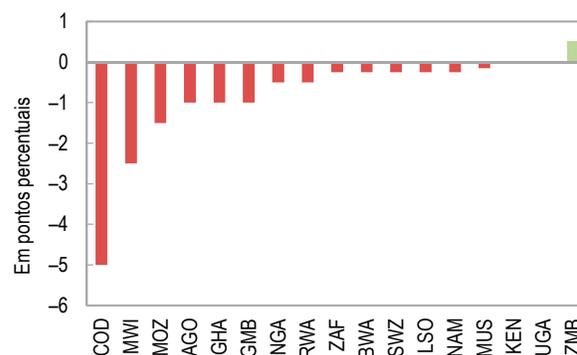
Fontes: Organização Internacional do Trabalho; ONU-Perspetivas Demográficas Mundiais; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Conjunto de políticas de curto prazo

Num ambiente de reservas limitadas e vulnerabilidades da dívida elevadas em alguns países, os decisores políticos dispõem de poucas opções para resistir às turbulências externas. A maioria dos países continuou apropriadamente a restringir a política orçamental para abordar as vulnerabilidades e vários abrandaram a política monetária. Por exemplo, em 2019, as taxas de juro diretas foram reduzidas na África do Sul, em Angola, no Botswana, no Eswatini, na Gâmbia, no Gana, no Lesoto, no Malawi, nas Maurícias, em Moçambique, na Namíbia, na Nigéria, na República Democrática do Congo e no Ruanda (Figura 1.23). Em termos prospetivos, a margem para apoiar o crescimento ainda encontra-se sobretudo no lado da política monetária, limitada aos países onde as pressões inflacionistas estão contidas e o crescimento se situa abaixo do potencial.

Caso os riscos em sentido descendente se materializem, a política orçamental e monetária pode ser recalibrada para apoiar o crescimento de forma consistente com a sustentabilidade da dívida e o financiamento disponível, e como parte de um plano de ajustamento de médio prazo credível. Nos países que crescem a um ritmo lento, o ajustamento pode ser tornado mais gradual, desde que exista financiamento. Caso contrário, os países devem definir a composição do ajustamento de forma a minimizar o impacto para o crescimento.

Figura 1.23. África Subsariana: Evolução das taxas de política monetária desde dezembro de 2018



Fontes: Haver Analytics e FMI, *International Financial Statistics*.

Nota: Ver na página vi a lista de abreviaturas dos países.

Nos países de crescimento rápido que enfrentam vulnerabilidades da dívida elevadas, a prioridade continua a ser a reconstituição das reservas.

Políticas de médio prazo para criar resiliência e aumentar o crescimento no longo prazo

O impulso de reforma dos anos de 1990 na maioria dos países na região (Capítulo 2) permitiu-lhes usufruir de períodos sustentados de crescimento do PIB real positivo, nalguns casos, ao longo de 30 anos. O crescimento continuado conduziu à duplicação do PIB em 28 dos 45 países da África Subsariana. Chegou o momento de os países iniciarem uma nova onda de reformas para aumentar o crescimento no médio prazo, criar os empregos para as pessoas que entram nos mercados de trabalho e realizar progressos no sentido dos ODS. O lançamento da ZCLCA fornece uma oportunidade para catalisar essas reformas. Espera-se que a ZCLCA estabeleça um mercado único e unificado de 1,2 mil milhões de pessoas com um PIB combinado de USD 2,5 biliões³.

Para apoiar e impulsionar o crescimento, os países também necessitam de aumentar a resiliência a choques externos, o que exige a redução das vulnerabilidades da dívida, a maior flexibilidade da economia, a atualização dos quadros de política macroeconómica e o saneamento dos balanços. As políticas devem também visar a criação de resiliência a desastres naturais e o fortalecimento

³ Com a assinatura do Benim e da Nigéria em julho de 2019, praticamente todos os países africanos assinaram o acordo. A partir de setembro de 2019, 27 países ratificaram a ZCLCA. Embora a fase operacional da ZCLCA tenha sido lançada durante a Cimeira da União Africana em julho de 2019, a sua operacionalização plena ainda requer que os países cheguem a acordo sobre as regras de origem, o calendário das concessões tarifárias, mecanismos de fiscalização e de eliminação das barreiras não tarifárias e as plataformas de pagamentos e de liquidação digitais.

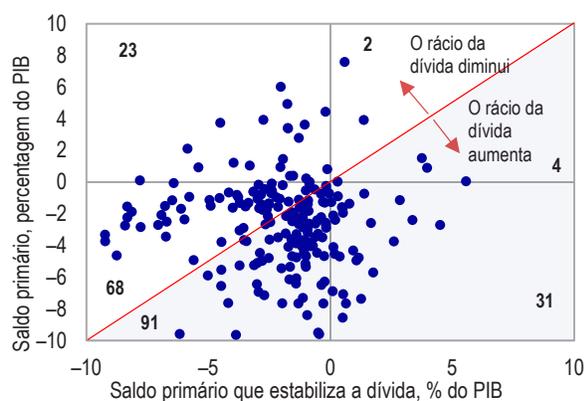
das instituições políticas e de governação para minimizar os riscos em matéria de segurança. As secções abaixo apresentam uma série de políticas necessárias para reforçar a resiliência e dar impulso ao crescimento no médio prazo. A priorização e o sequenciamento destas políticas variarão em função das circunstâncias individuais dos países, incluindo a sua capacidade de implementação.

Criar resiliência

Reduzir as vulnerabilidades da dívida pública.

Melhorar a dinâmica da dívida. É necessária uma nova consolidação orçamental no médio prazo para reduzir as vulnerabilidades da dívida e criar o espaço orçamental para as necessidades de desenvolvimento da região. Os diferenciais entre o crescimento e os juros – que são negativos na maioria dos países e situam-se em média em -6% – aliviam as limitações orçamentais mas não são suficientes para evitar o crescimento da dívida. Para manter a dinâmica da dívida controlada é necessário conter também os défices primários (Figura 1.24). Em particular, os exportadores de petróleo terão de continuar a cumprir os seus planos de reduzir os défices orçamentais primários não relacionados com matérias-primas em cerca de 3 pontos percentuais do PIB. Os outros países ricos em recursos e os países não ricos em recursos terão também de implementar a redução planeada dos défices orçamentais primários não relacionados com

Figura 1.24. África Subariana: Saldo orçamental primário e saldo que estabiliza a dívida, 2014–18



Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

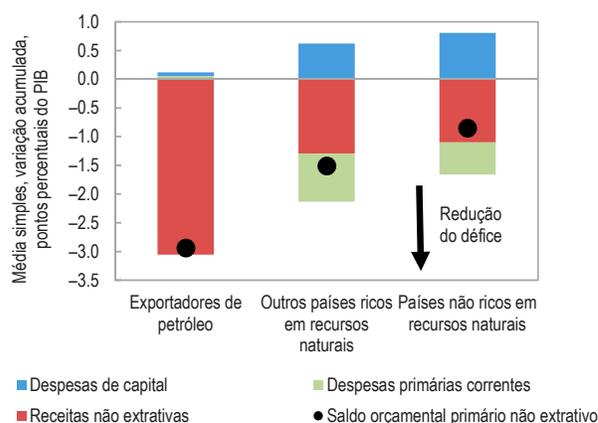
Nota: Cada ponto representa um ano-país. Os números a negrito correspondem ao número de pontos de dados em cada quadrante.

matérias-primas em cerca de 1,5 e 1,0% pontos percentuais do PIB, respetivamente (Figura 1.25).

Avançar com a mobilização das receitas internas.

As receitas na região aumentaram apenas 0,2% do PIB por ano, em média, desde 2016, embora os países disponham de espaço para mobilizar, em média, entre 3% e 5% do PIB em receitas (FMI 2018a). Vários países continuam a ter taxas de impostos baixas (Angola, Nigéria), bases tributárias estreitas (Etiópia, Nigéria, República do Congo, São Tomé e Príncipe) ou isenções abrangentes (Angola, Camarões, Chade, Côte d'Ivoire, Etiópia, Nigéria). Em alguns países, as reformas propostas não foram adotadas (Guiné Equatorial) ou plenamente implementadas (Gabão, Níger, Senegal, São Tomé e Príncipe). Em vários países, as capacidades da administração tributária continuam fracas e a governação inspira preocupação. Igualmente, o setor informal é grande em muitos países (incluindo Angola, Chade, Guiné, Nigéria, República Centro-Africana), o que resulta num baixo cumprimento tributário. Por último, condições de segurança complexas estão a prejudicar a cobrança de impostos em alguns países (Burkina Faso, Mali). A mobilização de mais receitas internas requer a melhoria da administração tributária (como a atribuição de números de identificação fiscal aos importadores comerciais, a melhoria dos registos prediais e o reforço das funções de auditoria tributária, da administração aduaneira e da gestão

Figura 1.25. África Subariana: Variação do défice orçamental primário não extrativo, 2018 vs. 2023



Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Nota: Exclui o Burundi, a Eritreia e o Sudão do Sul devido à indisponibilidade de dados.

do cumprimento de grandes contribuintes) e reformas para alargar as bases de receitas, incluindo através de menos isenções (FMI 2019a).

Racionar subsídios ineficientes. De acordo com os dados disponíveis, os subsídios e outras transferências do governo ascenderam, em média, a mais de 5% do PIB (ou 25% das despesas) em 2017 nos países da África Subsariana⁴. Os subsídios aos combustíveis tendem a ser mal direcionados, a fomentar o consumo excessivo, a restringir o investimento e a manutenção em setores relacionados, e a desencorajar despesas públicas mais produtivas. Alguns países necessitam de aproveitar a oportunidade propiciada pelos preços do petróleo baixos para reduzir os subsídios aos combustíveis para libertar espaço orçamental adicional (Camarões, Nigéria, Senegal), à semelhança do que foi realizado em Moçambique e no Sudão do Sul e está a ser seguido pelo Burkina Faso. Existe também alguma margem para reavaliar a forma de melhorar a eficácia de outros tipos de subsídios (por exemplo, programa de subsídios a insumos agrícolas no Malawi, FMI 2018b). A experiência internacional com a reforma dos subsídios (inclusive na África Subsariana) sugere que os seguintes elementos podem aumentar as oportunidades de sucesso: 1) um plano de reformas abrangente, 2) uma estratégia de comunicação de grande alcance, apoiada por melhorias da transparência, 3) aumentos bem faseados dos preços da energia, que podem ser sequenciados de forma diferente em função dos produtos energéticos, 4) melhoria da eficiência das empresas públicas (EP) para reduzir os subsídios aos produtores, 5) medidas orientadas para proteger os pobres e 6) reformas institucionais para despolitizar a definição dos preços da energia, como a introdução de mecanismos automáticos de fixação de preços (Clements et al. 2013).

Melhorar a gestão das finanças públicas. As deficiências na gestão das finanças públicas contribuíram para os atrasados de pagamentos internos em vários países, prejudicaram a eficiência do investimento público e da despesa social e aumentaram as vulnerabilidades dos balanços do setor público. Devem ser implementados mecanismos para fiscalizar os atrasados internos, acompanhados por ações específicas para os

regularizar e evitar a sua acumulação (Capítulo 3). As estratégias para a regularização dos atrasados devem ser consistentes com a manutenção da estabilidade macroeconómica, ancoradas no crescimento inclusivo e implementadas de forma transparente. O fortalecimento da política orçamental e das instituições e a criação de reservas limitariam a acumulação de atrasados. Vários países estão a implementar ações para melhorar a gestão das finanças públicas, ao reforçar os quadros de despesas a médio prazo (Angola, Botswana), adotar uma Conta Única do Tesouro (República do Congo, Côte d'Ivoire, Guiné, Serra Leoa, Tanzânia) e a orçamentação baseada no desempenho (Botswana) e aplicar controlos internos (Angola, Uganda). Além disso, os países estão a adotar medidas para melhorar a seleção de projetos de capital para reforçar a eficiência do investimento público e reduzir os potenciais riscos decorrentes das EP e das parceria público-privadas (Seicheles). Uma melhor governação poderá ajudar a aumentar a eficiência do investimento público (Caixa 1.1), com ganhos de crescimento significativos (FMI 2015a).

Criar quadros de gestão da dívida fortes. Vários países enfrentam maiores riscos cambiais e de refinanciamento; por isso, é fundamental melhorar os quadros de gestão da dívida e a transparência. Alguns países realizaram avanços usando recompras de dívida para aliviar os riscos de refinanciamento de curto prazo e reestruturar a dívida externa (Côte d'Ivoire, Gana), alinhar melhor a moeda de reembolso com os lucros em moeda estrangeira (Seicheles) e apoiar-se mais em emissões de Eurobonds em várias tranches.

Desenvolver quadros orçamentais de médio prazo credíveis. Isto requer regras orçamentais, apoiadas por sistemas de gestão das finanças públicas apropriados, uma maior utilização de instrumentos financeiros contingentes a cada Estado e, no caso dos exportadores de matérias-primas, um quadro institucional adequado para gerir os fluxos de entrada de receitas dos recursos naturais.

⁴ Ver FMI (2018g, página 18).

Melhorar a resiliência do setor externo.

Fomentar a diversificação económica. Os dados transnacionais sugerem que a estabilidade macroeconómica, um melhor acesso a crédito, boas infraestruturas, ambientes regulamentares conducentes e uma força de trabalho qualificada estão associados a uma maior diversificação económica, incluindo nas exportações, aumentando a resiliência da região aos choques dos preços das matérias-primas (FMI 2017a). As reformas do mercado de trabalho que alinham a produtividade e os salários dos trabalhadores e facilitam a realocação de recursos entre setores são também importantes para promover a diversificação. As políticas que apoiam setores orientados para as exportações podem ajudar a estimular o desenvolvimento de novas indústrias, desde que essas políticas sejam cuidadosamente implementadas.

Promover a flexibilidade cambial. Permitir uma maior flexibilidade cambial nos casos em que os desfasamentos dos balanços em moeda estrangeira não constituem uma preocupação promoveria o ajustamento aos choques dos preços das matérias-primas e o desenvolvimento de bens transacionáveis. Em países com regimes de câmbio fixos (incluindo a CEMAC e a UEMOA), essa flexibilidade derivaria sobretudo de ajustamentos de preços relativos e requereria, assim, reformas estruturais adicionais para aumentar a flexibilidade dos salários e dos preços. Nestes países, as políticas devem visar a criação de reservas cambiais adequadas e apoiar posições orçamentais consistentes com a paridade cambial.

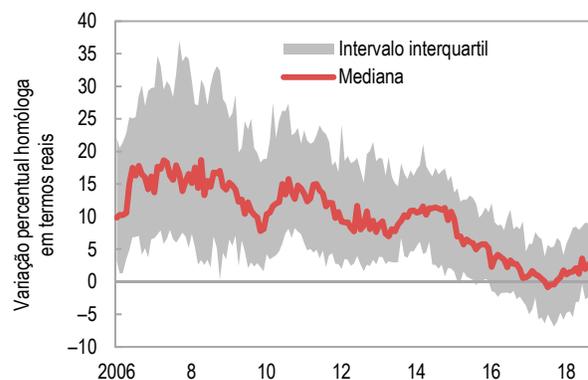
Abordar os fluxos de capital. Embora o alívio das condições financeiras mundiais e dos fluxos de entrada de capital associados nas economias de fronteira da região possam ajudar a financiar as necessidades de desenvolvimento, a natureza inconstante destes fluxos também cria desafios macroeconómicos significativos (FMI 2018c). No caso de grandes fluxos de entrada financeiros, as pressões de apreciação podem aumentar, dando origem ao risco de sobrevalorização e à formação de desequilíbrios financeiros. No caso de grandes fluxos de saída, as pressões de depreciação podem aumentar a inflação, restringir as condições financeiras internas e provocar uma contração

acentuada da atividade. Os países com fundamentos sólidos e grandes reservas estão melhor posicionados para conter esses riscos. Os países na região podem implementar políticas macroeconómicas e macroprudenciais compensatórias enquanto as reservas estiverem a ser reconstituídas. As intervenções cambiais devem ser reservadas para compensar condições de mercado temporariamente desordenadas, tendo em conta a necessidade de reconstituir margens de acumulação de reservas. A atração de fluxos de entrada de investimento direto estrangeiro (IDE) pode assegurar fontes de financiamento estáveis e de mais longo prazo para as necessidades de desenvolvimento consideráveis da região.

Melhorar a eficácia da política monetária.

Revitalizar o crescimento de crédito. Em muitos países, as autoridades monetárias estão a tentar revitalizar o crescimento do crédito em desaceleração (Figura 1.26) com graus diferentes de sucesso. Alguns países tentaram reduzir o custo de crédito através de controlos da taxa de juro, mas isto conduziu a uma menor disponibilidade de crédito (Quénia). A Nigéria exigiu que os bancos cumprissem um rácio mínimo empréstimos/depósitos, o que pode enfraquecer significativamente os balanços dos bancos e diminuir o custo dos fundos (uma vez que os bancos podem oferecer taxas baixas para restringir os novos depósitos). O desenvolvimento de centrais de crédito ou de garantias, assim como a resolução dos empréstimos malparados e dos atrasados internos

Figura 1.26. África Subsariana: Crédito bancário ao setor privado, 2006–18



Fontes: Autoridades nacionais e FMI, *International Financial Statistics*.

pode aumentar as linhas de crédito (Libéria, Mali, Zimbábwe). Um setor financeiro mais eficiente pode mobilizar a poupança interna e canalizá-la para o investimento produtivo. A deslocação do investimento do setor público para o privado, em especial nos países não ricos em recursos, pode criar o espaço necessário para a expansão do crédito ao setor privado.

Melhorar o mecanismo de transmissão

monetária. O mecanismo de transmissão entre a taxa de juro diretora e as condições de crédito permanece fraco em muitos países. A sua melhoria requer a eliminação do excesso de liquidez, o desenvolvimento de mercados interbancários mais profundos, mercados secundários funcionais e operações de recompra de títulos de dívida pública (CEMAC, UEMOA). Os países ou uniões monetárias que enfrentam excesso de liquidez (CEMAC, Namíbia) podem recorrer a operações de mercado aberto ou elevar os requisitos de reservas. Os países que operam no âmbito de quadros de política monetária baseados na taxa de juro devem continuar a orientar as taxas de mercado de curto prazo, usando corredores de taxas de juro ligadas à taxa de juro diretora (Malawi, Maurícias, Ruanda, Seicheles). A eficácia da política monetária pode também ser melhorada reduzindo a dominância orçamental, definindo um objetivo de inflação de médio prazo e assegurando a independência operacional do banco central (FMI 2015b). A melhoria adicional da eficácia da política monetária – incluindo através da melhoria da qualidade e atualidade da informação partilhada entre o governo e o banco central – ajudará a ancorar as expectativas de inflação e a gestão macroeconómica, tendo em conta, em especial, o espaço orçamental limitado na maioria dos países. Os passos recentes do Zimbábwe no sentido da normalização da política monetária (incluindo a limitação do défice orçamental e a liberalização do mercado cambial) reduziram o diferencial entre as taxas de câmbio oficial e do mercado paralelo até agosto de 2019.

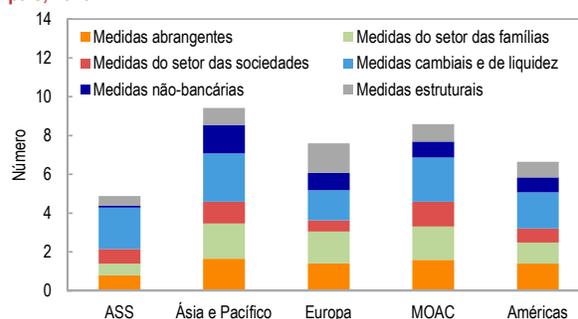
Sanear os balanços do setor bancário.

Reduzir o crédito malparado. A redução do crédito malparado dos sistemas bancários poderá revitalizar o crédito e apoiar o crescimento. Com resultados variáveis, alguns países adotaram estratégias para limpar os balanços dos bancos,

como a imposição de requisitos de aceleração das amortizações (Comores, Maurícias, Serra Leoa, Tanzânia), transferência de créditos em incumprimento para empresas de gestão de ativos (Angola, Guiné-Bissau, Zimbábwe), regularização dos atrasados internos (Eswatini, Gabão), reestruturação ou resolução de bancos falidos (Côte d'Ivoire, Gana, Quênia), facilitação da execução hipotecária ou de acordos extrajudiciais com devedores (Camarões) e uma combinação destas medidas (Malawi, Mali, Togo).

Melhorar a resiliência do setor bancário. Isto requererá uma melhor utilização das políticas macroprudenciais e microprudenciais. Os 25 países inquiridos na região dispunham, em média, de apenas cinco medidas macroprudenciais no final de 2016 (Figura 1.27). As medidas macroprudenciais que têm sido mais utilizadas pelos países da África Subsariana incluem restrições às posições em moeda estrangeira dos bancos, requisitos de reservas e requisitos de fundos próprios. Desde 2017, mais países adotaram requisitos de fundos próprios superiores (Angola, Gana, Moçambique, Tanzânia) como um instrumento macroprudencial para salvaguardar a estabilidade financeira. Quando relevante, estas medidas podem ser usadas para evitar a acumulação de mais riscos. Reforçar os regulamentos relativos aos riscos de concentração, incluindo o requisito de utilizar ponderações realistas do risco de adequação de capital para empréstimos a EP, contribuiria também para melhorar a resiliência do setor bancário em alguns casos.

Figura 1.27. Número de medidas macroprudenciais disponíveis por país, 2016



Fonte: FMI (2018d).

Nota: Com base no inquérito do FMI aos países membros conduzido em 2017. De um total de 192 jurisdições, 141 responderam (incl. 25 países da África Subsariana). ASS = África Subsariana; MOAC = Médio Oriente e Ásia Central. As medidas estruturais incluem sobretaxas de capital para instituições de importância sistémica, limites ao tamanho das exposições entre as instituições financeiras, etc.

Limitar a transmissão de riscos financeiros transfronteiras. A expansão dos bancos pan-africanos contribuiu para melhorar a concorrência e apoiar a inclusão financeira (FMI 2016b). Espera-se que esta tendência prossiga, dado que a ZCLCA deverá liberalizar ainda mais o comércio de serviços financeiros transfronteiras (FMI 2019b). No entanto, a ausência de uma fiscalização adequada da supervisão transfronteiras numa base consolidada pode resultar em arbitragem regulamentar. Assim, as políticas devem centrar-se em: 1) melhorar a colaboração transfronteiras entre os supervisores nacionais e de acolhimento, 2) acelerar a harmonização de regulamentos e procedimentos de supervisão, incluindo o cumprimento das normas de Basileia⁵, e 3) estabelecer um mecanismo apropriado para a resolução de instituições financeiras transfronteiras não viáveis.

Expandir as relações de correspondência bancária. Alguns países continuam a enfrentar desafios para manter as relações de correspondência bancária. As reformas em curso para reforçar o quadro de estabilidade financeira e abordar os riscos relacionados ao combate ao branqueamento de capitais e de repressão ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) ajudarão a reduzir o risco de perdas adicionais de relações de correspondência bancária.

Criar resiliência a desastres naturais.

Uma abordagem abrangente à criação de resiliência consistiria na melhoria da resiliência estrutural, na criação de resiliência financeira e na realização de planeamento de contingência e investimentos relacionados (FMI 2019c).

Vários países estão a procurar **melhorar a resiliência estrutural** através de uma melhor infraestrutura e de outros investimentos. Alguns países introduziram novas variedades de culturas que são mais resistentes a secas e a stress hídrico ou recolhem água das chuvas a nível local (Burkina Faso). Outros estão a usar tecnologia móvel para

fornecer previsões sobre precipitação aos agricultores para que possam otimizar a plantação das culturas e adquirir seguros de colheitas (Etiópia, Quênia, Ruanda). Como parte do planeamento baseado no conhecimento dos riscos, São Tomé e Príncipe e a Zâmbia auxiliaram a sua população a abandonar as áreas propensas a inundações. O Quênia diversificou a sua geração de energia, afastando-se das centrais elétricas suscetíveis a secas e integrando opções como o gás natural e a energia geotérmica.

Criar resiliência financeira através de margens de manobra orçamental e usando instrumentos financeiros predefinidos para proteger a sustentabilidade orçamental e gerir os custos de recuperação é também essencial. Por exemplo, a África Subsariana dispõe de um fundo de seguros soberano regional designado African Risk Capacity (criado em 2013), que cobre secas e eventos climáticos extremos.

O planeamento de contingência e investimentos relacionados podem assegurar uma resposta rápida na sequência de um desastre. Aumentar o acesso das famílias e das empresas a financiamento e a seguros eficazes em termos de custos (para ajudar na transferência de risco) e melhorar as redes de segurança social (para ajudar na retenção de risco), incluindo através da melhoria do sistema público de saúde, também poderia ser útil.

Em última análise, a resiliência sustentada a choques climáticos requererá a coordenação internacional, considerando as externalidades associadas às emissões de carbono que estão a contribuir para o aumento das temperaturas mundiais. O financiamento reforçado e orientado de doadores e instituições financeiras internacionais ajudará a criar a resiliência dos países da África Subsariana.

Elevar o crescimento a longo prazo

Melhorar as perspetivas de crescimento da região no médio prazo requer reformas abrangentes para fomentar a produtividade e o investimento em capital físico e humano⁶. As medidas necessárias

⁵ Cerca de 32% dos países da África Subsariana que responderam ao inquérito do BEI (2018) cumprem as normas do Basileia III, ao passo que 41% estão a trabalhar no sentido do seu cumprimento. Igualmente, 64% estão em conformidade com as normas do Basileia II, enquanto 36% estão a trabalhar no sentido do seu cumprimento. (Em 2016, somente 46% responderam que estavam a cumprir as normas do Basileia II.)

⁶ Ver FMI (2019d).

para melhorar o crescimento no médio prazo, criar empregos e impulsionar o desenvolvimento da região variam de acordo com as situações individuais dos países. Os exemplos incluem a garantia de uma maior integração no comércio regional e mundial e nos mercados financeiros, a melhoria da competitividade e a maior inclusão.

Promover a integração regional e mundial.

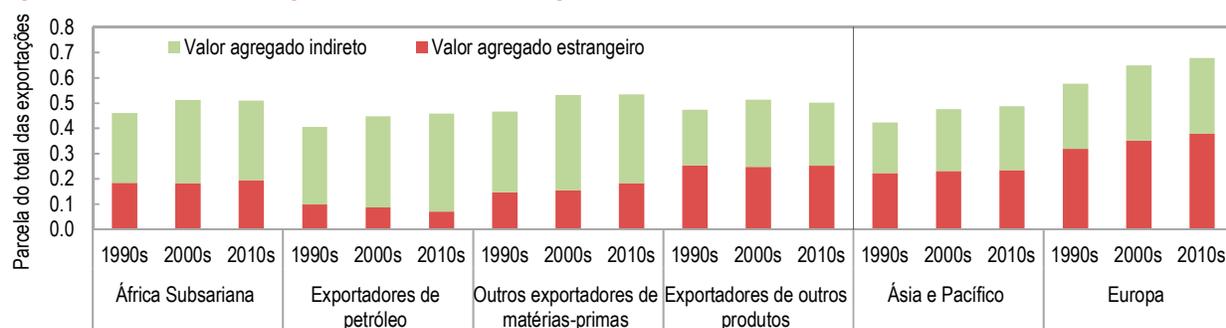
O desenvolvimento de cadeias de valor pode assegurar uma oportunidade para promover o processo de industrialização da região e impulsionar o crescimento. O rácio da África Subsariana de valor acrescentado estrangeiro⁷ relativamente ao total de exportações é apenas de cerca de 20%, inferior à Europa e à Ásia, e está estagnado desde os anos de 1990 (Figura 1.28). As cadeias de valor podem expandir-se através de um comércio intrarregional mais profundo no contexto da ZCLCA⁸. Isto requererá a abordagem das barreiras tarifárias e não tarifárias, incluindo custos comerciais e logísticos (FMI 2019b). Como um passo nessa direção, os bancos centrais africanos estão a agir para ligar os principais sistemas de pagamentos transfronteiras, o que se espera que venha a facilitar os pagamentos intrarregionais. As reformas estruturais podem complementar o processo de integração regional, conforme sugerido pelas experiências de outros acordos de comércio regional (Caixa 1.2).

Promover a concorrência.

Uma concorrência mais forte entre empresas melhoraria a produtividade, promoveria a competitividade das exportações e diminuiria os preços no consumidor. A concorrência entre empresas permanece baixa na África Subsariana comparativamente ao resto do mundo (Capítulo 2). Fomentar a concorrência na região requer uma estratégia de reforma holística que procure um quadro de política da concorrência eficaz, acompanhado de medidas para abrir os setores ao comércio e ao investimento direto estrangeiro, reduzir a burocracia e criar condições equitativas entre empresas. A competitividade será, em geral, apoiada por instituições sólidas, incluindo uma aplicação firme dos contratos e do estado de direito.

Os países também necessitam de aproveitar a Quarta Revolução Industrial para sustentar a competitividade e tirar partido dos avanços tecnológicos para impulsionar o crescimento e colmatar o défice de infraestruturas (FMI 2018e). As estratégias de desenvolvimento necessitam de: 1) criar infraestrutura digital (dado que a região tem a penetração de internet mais baixa no mundo), 2) assegurar sistemas de educação que satisfaçam os requisitos de competências em constante evolução, assegurando simultaneamente a formação contínua e 3) promover uma urbanização inteligente (para construir um polo de inovação).

Figura 1.28. África Subsariana e regiões selecionadas: Comércio ligado às cadeias de valor, 1990s–2010s



Fontes: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; base de dados EORA sobre cadeias de valor mundiais; e cálculos do corpo técnico do FMI.

⁷ “Valor acrescentado estrangeiro” refere-se aos insumos importados usados por um país para produzir as suas exportações; e “valor acrescentado indireto” refere-se ao valor acrescentado de um país relativamente a insumos intermédios que são exportados e usados por outros países para serem reexportados.

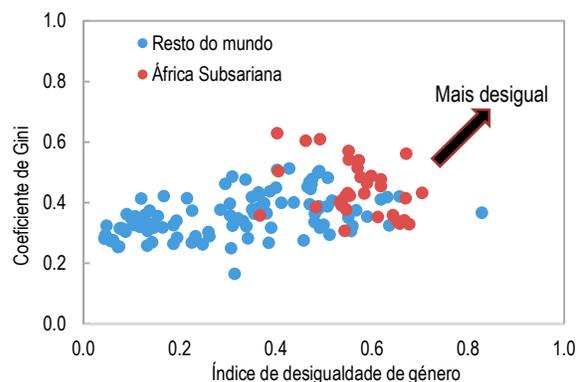
⁸ O FMI (2015d) documenta que, na amostra mundial, a integração de um país nas cadeias de valor mundiais é determinada pelas tarifas, o índice do estado de direito e o crédito interno ao setor privado. O FMI (2015d) também identifica as tarifas elevadas, a ausência de infraestrutura, uma governação e um ambiente de negócios desfavoráveis e um baixo acesso a crédito como entraves ao comércio na África Subsariana.

Assegurar a inclusividade.

Os países têm de assegurar uma partilha mais equitativa dos benefícios do crescimento e de uma maior prosperidade, incluindo a igualdade de oportunidades de emprego e de educação, e um melhor acesso e disponibilidade dos cuidados de saúde e de serviços financeiros.

- A política orçamental deve centrar-se no sentido de uma tributação mais progressiva para financiar o acesso alargado a educação e serviços de saúde de alta qualidade, substituindo as despesas regressivas, como subsídios ao combustível, por redes de segurança social mais eficazes e bem orientadas (FMI 2017b).
- A promoção da igualdade de género alargará os ganhos do crescimento. A desigualdade de género na região permanece das mais elevadas no mundo (Figura 1.29). Um acesso crescente a serviços de saúde e educação e a promoção da inclusão financeira – em especial nas áreas e às populações rurais e carenciadas – pode fomentar a participação das mulheres no mercado de trabalho, em particular em atividades económicas de maior valor acrescentado.
- Melhorar os resultados do mercado de trabalho para os jovens é fundamental, em especial tendo em conta o grande dividendo demográfico da região (FMI 2015c). Isto requer a promoção da educação e da formação e o avanço das reformas estruturais para impulsionar o crescimento (discutido acima) (Ahn et al. 2019).
- O aprofundamento do acesso financeiro requererá o apoio da inovação financeira, salvaguardando a estabilidade financeira através de uma melhor proteção do consumidor e da cibersegurança. Tal alargaria a liderança mundial da África Subsariana no domínio das contas de dinheiro móvel *per capita*, operadores de dinheiro móvel e volume de transações de dinheiro móvel (Sy et al. 2019).

Figura 1.29. Índice de desigualdade de género e coeficiente de Gini, média 2010–17



Fontes: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Relatório de Desenvolvimento Humano; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Caixa 1.1. Melhorar a Governação na África Subsariana

A boa governação pode melhorar o crescimento global e o desempenho económico. Embora a melhoria da governação demore tempo, existem já vários instrumentos implementados que os governos podem aplicar no curto prazo.

Poderão ser alcançados ganhos substanciais se os governos cumprirem, com sucesso, o seu compromisso de melhorar a governação. Aproximar as classificações médias de governação da África Subsariana das médias do resto do mundo poderia impulsionar o crescimento da região em cerca de 1% do PIB (Hammadi et al. 2019). Os indicadores de governação da África Subsariana estão atrasados relativamente a outras regiões, incluindo os perçecionados como tendo uma governação fraca (Figura 1.1.1).

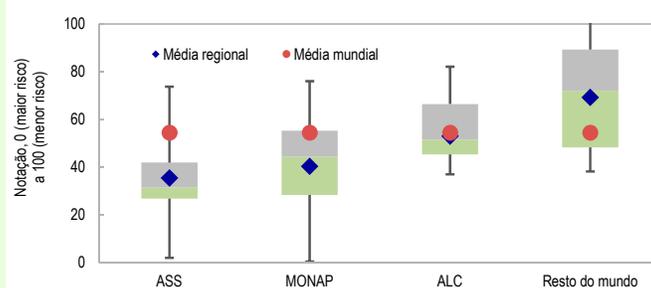
A corrupção elevada está associada a custos elevados. Exemplos incluem uma elevada evasão fiscal e baixas receitas fiscais, um deslocamento na composição da despesa pública e sua menor eficiência, custos de adjudicação de contratos públicos superiores, maior financiamento do banco central e uma estabilidade financeira mais fraca, que podem ser decorrentes de uma ausência de confiança nas instituições públicas, da procura de rendas económicas, de práticas de concessão de crédito deficientes e de uma supervisão financeira fraca (FMI 2018f).

Com um maior acesso a informação atempada através da divulgação pública e das plataformas digitais, verifica-se uma exigência de responsabilização e de transparência por parte dos cidadãos. Cresce também o reconhecimento de que uma governação fraca e a corrupção prejudicam o crescimento e o desenvolvimento de várias formas.

Não obstante o compromisso político, a melhoria da governação é difícil uma vez que os beneficiários lutarão para manter o status quo. Trata-se também de um processo complexo devido às várias dimensões da governação, e cada uma delas requer uma abordagem específica. Embora cada país tenha a sua forma específica de tratar a melhoria da governação, existem princípios de governação básicos que se aplicam a todos os países – nomeadamente a melhoria da qualidade regulamentar, a maior eficácia do governo e o reforço das instituições orçamentais e anticorrupção.

São possíveis ganhos significativos no curto prazo. Por exemplo, um primeiro passo poderia ser a observância das leis e regulamentos de gestão financeira pública existentes, o que ajudaria a melhorar o processo orçamental colmatando as lacunas que conduzem a custos de adjudicação de contratos públicos inflacionados e a um investimento público ineficiente. Mecanismos de controlo mais rigoroso das empresas públicas podem melhorar o desempenho económico e operacional das EP, contendo os riscos orçamentais. A salvaguarda da independência dos bancos centrais permitir-lhe-á supervisionar melhor o sistema financeiro. Além disso, fortalecer o quadro de combate ao branqueamento de capitais e de repressão ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) implementando medidas relacionadas com a diligência devida aos clientes, a propriedade efetiva, declarações de ativos e pessoas politicamente expostas permitirá rastrear melhor as transações ilícitas e a recuperação de ativos.

Figura 1.1.1. Regiões selecionadas: Distribuição das notações de governação, 2014–18



Fonte: *International Country Risk Guide*.

Nota: As áreas a cinza e a verde são os quartis intermédios. ALC = América Latina e Caraíbas; ASS = África Subsariana; MONAP = Médio Oriente, Norte de África, Afeganistão e Paquistão.

Esta caixa foi preparada por Vimal Thakoor.

Caixa 1.2. Lições retiradas de Outros Acordos de Comércio Regional para o Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA)

As lições de outros acordos de comércio regional sugerem que uma ZCLCA bem-sucedida requer que os signatários adotem um conjunto complementar de reformas, assegurando que a ZCLCA é plenamente implementada e apoia uma estratégia de crescimento orientada para o exterior.

Os acordos de comércio regional tornaram-se numa característica importante da arquitetura do comércio internacional. Em 2018, existiam mais de 400 acordos de comércio regional registados na Organização Mundial do Comércio (OMC) (Tabela 1.3.1). Estes acordos variam em dimensão, composição, cobertura e registo de implementação. A ZCLCA é o maior acordo de comércio regional do mundo, medido em termos de membros e de população. Este acordo visa, entre outros objetivos, criar um mercado único de bens e serviços e facilitar a circulação de pessoas. O acordo também contempla reformas da política da concorrência, investimento e direitos de propriedade.

Os acordos de comércio regional geraram, em grande medida, efeitos macroeconómicos positivos nos seus membros, ao:

- Criar comércio, com um desvio mínimo do comércio (Freund e Ornelas 2010, Vicard 2011). Também propiciaram a participação no comércio das cadeias de valor mundiais. Em geral, os estudos concluíram que existe uma criação significativa de comércio no Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) e na Zona de Comércio Livre da ASEAN (AFTA), mas algum desvio de comércio no Mercosul.¹
- Melhorar o crescimento, devido a efeitos de escala de um maior mercado interno e de difusão tecnológica (Berthelon 2004, e Schiff e Wang 2003). Os membros num acordo de comércio regional podem também reduzir a volatilidade do crescimento devido a uma maior dimensão do mercado, a um quadro de política mais claro e a mecanismos para a resolução de litígios (Kpodar e Imam 2017).

Tabela 1.2.1. Mundo: Características selecionadas dos principais acordos regionais de comércio, 2019

	Comércio regional/total (%)	Parcela do comércio mundial (%)	População (milhões)	PIB (mil milhões de USD)	Exportações e importações/PIB (%)	Número de membros	Nível de rendimento	Tipo	Data de entrada em vigor	Cobertura	Estado da implementação
UE	63.8	33.1	510	18,750	88.8	28	EA (23); EME (5)	Mercado comum	1993	BS, FC, PI, RO, RL, M, T, BNT	Concluída
NAFTA	40.5	15.6	489	23,429	33.3	3	EA (2); EME (1)	Zona de comércio livre	1994	BS, FC, PI, RO, RL, M, T, BNT	Concluída
AFTA	23.1	7.3	647	2,923	120.2	10	EA (1); EME (5); PDBR (4)	Zona de comércio livre	1993	B, PI, FC, RL, RO, M, T	Parcial
COMESA	7.3	0.8	546	7,646	4.7	21	EME (6); PDBR (15)	União aduaneira	1994	BS, RO, T, BNT, FC, PC, RL, PI, M	Parcial
Mercosul	13.7	1.5	263	2,488	30.0	4	EME (4)	União aduaneira	1991	BS, T, PI, RL, RO, BNT, PC, M, FC	Parcial
<i>Memorando:</i> ZCLCA	16.4	2.7	1,239	2,323	54.8	54	EME (15); PDBR (39)	União aduaneira	2019	BS, FC, PI, RO, RL, M, T, BNT	Incipiente

Fontes: FMI, *Direction of Trade Statistics*; FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Notas: B = bens; BNT = barreiras não-tarifárias; BS = bens e serviços; EA = economias avançadas; EME = economias de mercados emergentes; FC = facilitação do comércio; M = mecanismo de monitorização e implementação; PC = políticas de concorrência; PI = propriedade intelectual; PDBR = países em desenvolvimento de baixo rendimento; RL = resolução de litígios; RO = regras de origem; T = tarifas.

Esta caixa foi preparada por Garth Peron Nicholls, Malika Pant, Hector Perez-Saiz e José Nicolás Rosas García.

¹ Ver Chang e Winters (2002), Trefler (2004), Egger (2004), Romalis (2007) e Acharya et al. (2011).

Caixa 1.2, *conclusão*

- Aumentar o investimento direto estrangeiro (IDE), através do mercado interno alargado, assim como de disposições de integração mais aprofundadas (incluindo as que abrangem o investimento, direitos de propriedade intelectual, normas e política da concorrência), que diminuem os riscos políticos e melhoram o ambiente de negócios.²

Alguns acordos de comércio regional que abrangem várias partes da África Subsariana há décadas tiveram resultados limitados. O sucesso da ZCLCA na criação de comércio, melhoria do crescimento e aumento do IDE deverá articular-se com uma alteração fundamental de atitude à integração regional em três áreas: 1) o desenho do acordo, 2) a implementação do acordo, e 3) a articulação de uma agenda de reformas abrangente que acompanhe o acordo.

- Desenho do acordo
 - A criação da ZCLCA deve ser complementada por uma redução gradual das tarifas da nação mais favorecida.³ Desta forma, a ZCLCA expandirá o comércio mundial dos países africanos, em especial, com economias tecnologicamente mais avançadas. Na ZCLCA, um dos principais desafios é coordenar e acordar um nível razoável de tarifas externas comuns (TEC) para países em diferentes fases de desenvolvimento num acordo sem um mecanismo de compensação. Conforme demonstrado pelos casos da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da Comunidade da África Oriental (CAO), seria importante definir as TEC num nível que não aumentasse o custo de vida, em particular, das famílias de baixos rendimentos (BAfD 2019, página 80).
 - Para maximizar os potenciais ganhos, as regras de origem devem ser não restritivas e evitar ir para além de prevenir a deflexão do comércio ou o transbordo de bens de países fora do acordo. Isto minimizaria os custos com burocracia e facilitaria a implementação. Existem evidências de que regras de origem complexas e rigorosas em alguns acordos de comércio regional desencorajaram os fluxos comerciais. As regras de origem muito detalhadas e complexas adotadas pela NAFTA são consideradas como tendo aumentado substancialmente o nível de proteção enfrentado pelos não membros, violado o artigo XXIV das regras GATT e contribuído para o desvio do comércio (Conconi et al. 2016). De acordo com o BAfD (2019, página 113), os países de baixos rendimentos estariam em desvantagem, uma vez que teriam de obter os insumos de membros com custos mais elevados se a ZCLCA adotasse regras de origem restritivas específicas dos produtos (isto favorece os setores de capital intensivo a montante).
- Implementação do acordo: A ausência de mecanismos de fiscalização e implementação eficazes tem constituído uma das principais razões para o desempenho inferior de alguns acordos de comércio regional anteriores em África e noutras regiões. Será fundamental que as instituições da ZCLCA sejam reforçadas e disponham da autoridade para criar um mecanismo de fiscalização. Esse mecanismo atuaria como instrumento disciplinar para identificar os países mais atrasados, conforme observado durante a implementação da UE e da CAO.
- Articulação de uma agenda de reformas abrangente que acompanhe o acordo: Os países membros devem centrar-se na manutenção da estabilidade macroeconómica, no fomento dos ambientes de negócios onde o setor privado possa prosperar, na abordagem das distorções do mercado de trabalho, na melhoria da proteção social e no aumento da mobilização da receita interna. A nível regional, os esforços devem visar a ampliação dos investimentos em infraestruturas continentais e a criação de uma comissão da concorrência regional.

² Ver Lim et al. (2001), Lederman et al. (2005) e Medvedev (2012).

³ Os acordos de comércio regional representam um desvio em relação ao princípio de não discriminação subjacente ao sistema de comércio multilateral e podem ter efeitos positivos e negativos.

REFERÊNCIAS

- Acharya, R., J. A. Crawford, M. Maliszewska e C. Renard. 2011. “Landscape”. Capítulo 2 in *Preferential Trade Agreement Policies for Development: A Handbook*, org. por J. Chauffour e J. Maur, Banco Mundial, Washington, DC.
- Ahn, J., Z. An, J. Bluedorn, G. Ciminelli, Z. Kóczán, D. Malacrino, D. Muhaj e P. Neidlinger. 2019. “Work in Progress: Improving Youth Labor Market Outcomes in Emerging Market and Developing Economies”. IMF Staff Discussion Note 19/02, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Banco Africano de Desenvolvimento. 2019. *African Economic Outlook 2019*, Abidjan.
- Banco Europeu de Investimento. 2018. *Banking in Africa: Delivering on Financial Inclusion, Supporting Financial Stability*, Luxemburgo.
- Berthelon, M. 2004. “Growth Effects of Regional Integration Agreements”. Working Paper No. 278. Banco Central do Chile.
- Chang, W. e L.A. Winters. 2002. “How Regional Blocs Affect Excluded Countries: The Price Effects of Mercosur”. *American Economic Review*. 92 (4): 889-904.
- Clements, B., D. Coady, S. Fabrizio, S. Gupta, T. Alleyne e C. Sdravovich. 2013. “Reforming Energy Subsidies: Lessons from Experience”. Capítulo 4 in *Energy Subsidy Reform: Lessons and Implications*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Conconi, P., M. García Santana, L. Puccio e R. Venturini. 2016a. “The Perverse Effect of Preferential Rules of Origins”. Vox CEPR Policy Portal, 16 de março.
- David, S. 2016. “An Index of Global Economic Policy Uncertainty”. *Macroeconomic Review*. Outubro.
- Estevadeordal, A. e K. Suomien. 2006. “Mapping and Measuring Rules of Origin around the World”. Capítulo 3 in *The Origin of Goods: Rules of Origin in Regional Trade Agreements*, org. por O. Cadot, A. Estevadeordal, A. Suwa-Eisenmann e T. Verdier, Oxford University Press, Oxford.
- Freund, C. e E. Ornelas. 2010a. “Regional Trade Agreements: Blessing or Burden?” Vox CEPR Policy Portal, 2 de junho.
- . 2010b. “Regional Trade Agreements”. Policy Research Working Paper 5314. Banco Mundial, Washington, DC.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2015a. “Making Public Investment More Efficient”. Policy Papers, Washington, DC.
- . 2015b. “Evolving Monetary Policy Frameworks in Low-Income and Other Developing Countries”. Policy Papers, Washington, DC.
- . 2015c. “How Can Sub-Saharan Africa Harness the Demographic Dividend?” Capítulo 2 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Abril.
- . 2015d. “Global Value Chains: Where Are You? The Missing Link in Sub-Saharan Africa’s Trade Integration”. Capítulo 3 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Abril.
- . 2016a. “Enhancing Resilience to Natural Disasters in Sub-Saharan Africa”. Capítulo 3 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Outubro.
- . 2016b. “Financial Development and Sustainable Growth”. Capítulo 3 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Abril.
- . 2017a. “Economic Diversification in Sub-Saharan Africa”. Capítulo 3 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Outubro.
- . 2017b. “Tackling Inequality”. Capítulo 1 in *Fiscal Monitor*, Washington, DC, Outubro.
- . 2018a. “Domestic Revenue Mobilization in Sub-Saharan Africa: What Are the Possibilities?” Capítulo 2 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Maio.
- . 2018b. “Malawi—2018 Article IV Consultation and Request for a Three-Year Arrangement Under The Extended Credit Facility”. Country Report 18/115, Washington, DC.
- . 2018c. “Capital Flows to Sub-Saharan Africa: Causes and Consequences”. Capítulo 2 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Outubro.
- . 2018d. “The IMF’s Annual Macroeconomic Policy Survey— Objectives, Design, and Country Responses”. Policy Papers, Washington, DC.
- . 2018e. “The Future of Work in Sub-Saharan Africa”. Capítulo 3 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Setembro.
- . 2018f. “Review of 1997 Guidance Note on Governance - A Proposed Framework for Enhanced Fund Engagement”. Policy Papers, Washington, DC.
- . 2018g. “Recovery and Risking Risks”. Capítulo 1 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Outubro.
- . 2019a. “Macroeconomic Developments and Prospects in Low-Income Developing Countries—2019”. Policy Papers, Washington, DC.

- . 2019b. “Is the African Continental Free Trade Area a Game Changer for the Continent?” Capítulo 3 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Abril.
- . 2019c. “Building Resilience in Developing Countries Vulnerable to Large Natural Disasters”. Policy Papers, Washington, DC.
- . 2019d. “Reigniting Growth in Emerging Market and Low-Income Economies: What Role for Structural Reforms?” Capítulo 3 in *World Economic Outlook*, Washington, DC, Outubro.
- Gaspar, V., D. Amaglobeli, M. Garcia-Escribano, D. Prady e M. Soto. 2019. “Fiscal Policy and Development: Human, Social, and Physical Investment for the SDGs”. IMF Staff Discussion Note 19/03, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Hammadi, A., M. Mills, N. Sobrinho, V. Thakoor e R. Velloso. 2019. “A Governance Dividend for Sub-Saharan Africa?” IMF Working Paper 19/1, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Kpodar, K e P. Imam. 2017. “Regional Trade Agreement and Growth Volatility”. Vox, CEPR Policy Portal.
- Lederman, D., W. Maloney e L. Serven. 2005. “Lessons from NAFTA for Latin America and Caribbean countries: A summary of research findings”. Banco Mundial, Washington, DC.
- Lim, E. G. 2001. “Determinants of, and the relation between, foreign direct investment and growth: A summary of the recent literature”. IMF Working paper 01/175, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Medvedev, D. 2012. “Beyond Trade: The Impact of Preferential Trade Agreements on FDI Inflows”. *World Development*. 40(1): 49-61.
- Romalis, J. 2007. “NAFTA’s and CUSFTA’s Impact on International Trade”. *Review of Economics and Statistics*. 89(3): 416-435.
- Schiff, M. e Y. Wang. 2003. “Regional Integration and Technology Diffusion. The Case of the North American Free Trade Agreement”. Policy Research Working Paper 3132, Banco Mundial, Washington, DC.
- Sy, A., R. Maino, A. Massara, H. Perez-Saiz e P. Sharma. 2019. “FinTech in Sub-Saharan African Countries: A Game Changer?” Departmental Paper 19/04, Departamento de África, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Trefler, D. 2004. “The Long and Short of the Canada-U.S. Free Trade Agreement”. *American Economic Review*. 94(4): 870-895.
- Vicard, V. 2011. “Determinants of Successful Regional Trade Agreements”. *Economic Letters*. 111: 188-190.